

Development Centre Studies

Regional Integration, FDI and Competitiveness in Southern Africa

Summary in Portuguese

Estudos do Centro de Desenvolvimento

Integração Regional, IED e Competitividade no Sul da África

Sumário em Português

Os Formuladores de Políticas nas economias emergentes e em desenvolvimento estão cada vez mais conscientes da função que o investimento estrangeiro direto (IED) pode ter no incentivo à produtividade e no crescimento da renda. O investimento direto pode também nivelar as diferenças de poupança/investimento, introduzir bens de capital e práticas de gerenciamento modernos, sustentar a orientação para reformar as políticas econômicas dos países anfitriões e criar redes mundiais de produção vertical nas quais as empresas internacionais possam localizar o processamento de insumos das suas filiais estrangeiras. As intervenções políticas podem ajudar a maximizar os benefícios e minimizar as conseqüências inesperadas do IED, mas também podem introduzir distorções originais e agravar problemas.

Esse estudo explora as principais tendências do IED no Sul da África e analisa o impacto das atividades das corporações multinacionais (MNC) na capacidade da região em ser competente nos mercados mundiais. Embora os fluxos de IED para países não membros da OCDE tenham surgido como uma das características principais da globalização, a África continua atrás das outras regiões. As razões para isso incluem a alta incidência de guerras e distúrbios políticos internos, padrões de governança inadequados, instabilidade de preços e das moedas correntes e a limitação do mercado. A adoção de medidas de liberalização econômica, as incursões feitas pela democracia e pelo progresso na integração regional contribuíram para aumentar a atratividade dos 14 membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (CDAА). Instaurada em 1992 e relançada em setembro de 2000 como uma Área de Comércio Livre, a CDAА objetiva promover o desenvolvimento e o crescimento econômico, atenuar a pobreza, melhorar os padrões e a qualidade da vida dos povos da África Austral, e ajudar os indivíduos socialmente desfavorecidos no contexto da integração regional.

As graves restrições de dados fora da África significam que se sabe relativamente pouco sobre o IED na CDAА. Esta pesquisa descreve seus quadros econômicos, normativos e legais, avalia a importância da integração do CDAА na fundamentação do IED e analisa seu impacto no árduo caminho percorrido por cada nação e por cada indústria para inserirem seu progressivo crescimento na economia mundial. Os fluxos de IED continuam mais baixos na CDAА que na Ásia, Europa do Leste e América Latina, embora ainda sejam substanciais, sobretudo em alguns países. O tamanho do mercado da África do Sul faz deste

um destino natural para o IED visando a sustentar a demanda local. A qualidade superior das infra-estruturas físicas ou humanas que lhe são associadas continuam reforçando esta localização privilegiada. Por outro lado, alguns outros membros da CDAA parecem ser destinos improváveis para os países estrangeiros, em razão de seus baixos índices de PIB ou de seu clima belicoso. Angola, devastada pelos quase 30 anos de guerra civil agora acabada, viu sua relevância estratégica como fonte de petróleo para o mundo industrializado, aumentar nos últimos anos, com abundantes fluxos de IED. O Zimbábue, por outro lado, tornou-se uma ilha de incerteza política, com fluxos de IED totalmente esgotados.

As evidências demonstram que as mesmas oportunidades que as “multinacionalizações” oferecem em outros lugares existem também na CDAA – tal como o problema gerado pelo processo. A indústria automobilística dá um bom exemplo de como os países em desenvolvimento dependentes dos produtos de consumo e de alta renda podem introduzir mecanismos para aprofundar a industrialização e ampliar as fontes de vantagens concorrenciais. Surgem evidências de um círculo virtuoso de eficiência-EID nas telecomunicações – embora a concorrência de mercado tenha aqui uma função mais importante que o tipo de proprietário (pública x privada, ou local x estrangeira). Em outras cadeias de abastecimento, a progressiva concentração do mercado acompanha a chegada das empresas estrangeiras. Isso expõe as empresas locais à realidade da forte concorrência, mas os consumidores não vão necessariamente se beneficiar da ausência de mecanismos regulamentares apropriados. Isto se aplica especialmente ao agro-negócio, no qual as relações entre os fazendeiros, indústrias de transformação e varejistas são muito complexas, e as questões emergentes são similares às da CDAA e às das economias desenvolvidas. Outra importante constatação é que as corporações da África Austral mostraram-se particularmente entusiasmadas em investir nos países da CDAA – assim como no resto da África – dos quais os países da OCDE mantêm-se afastados. Neste sentido, a integração regional é guiada pelo setor privado, uma característica de bom agouro para seu êxito a longo prazo.

Os governos devem resolver completamente as questões políticas mais importantes, se a região pretender atrair mais IED, tornar tais fluxos menos inconstantes, maximizar seu impacto ambiental e minimizar os custos impostos pela abertura às (distorcidas) forças do mercado. Os resultados da África Austral, e *a fortiori* da África, são insuficientes no que diz respeito aos vários fatores micro-econômicos – e isto afasta as empresas. As reclamações recorrentes incluem os custos elevados da prática de negócios na região, as taxas de juros, a administração do trabalho, os custos de transporte e de frete, o aumento aparentemente impossível de parar do conhecidíssimo alto índice de criminalidade, sobretudo nas áreas rurais, e a profunda distorção da atividade empresarial provocada pela pandemia do vírus HIV e da AIDS. Muito ainda se pode fazer para tornar atraentes as condições econômicas e políticas para os investidores estrangeiros. Obviamente, é necessário consolidar os fundamentos macro-econômicos para o seu próprio benefício, não somente porque isso é solicitado pelos estrangeiros, mas também, e sobretudo, porque não se pode reduzir a pobreza sem recolher impostos, investir receitas fiscais em educação, saúde e infra-estrutura, e sem que a vulnerabilidade externa venha atenuar a volatilidade das taxas de câmbio.

É também fundamental ampliar os investimentos locais. A experiência dos países recém-industrializados na Ásia sugere que o crescimento precede o aumento do IED; os investidores estrangeiros só começarão a investir em países “estranhos” quando virem os residentes fazerem aplicações em seus próprios países. Isto se aplica aos agentes privados, mas também às autoridades públicas. Para gerar um crescimento sustentável, as reformas econômicas devem conseguir transferir recursos para dinamizar setores e utilizações. Para isso, os formuladores de políticas devem reunir criativamente os princípios econômicos básicos em concepções institucionais sensíveis às oportunidades e restrições locais. O debate sobre as estratégias de desenvolvimento, que ora ecoam na África do Sul e em outras importantes economias emergentes tais como o Brasil e a Índia, não é um luxo, mas sim um componente necessário de um conjunto mais amplo que objetiva melhorar sua competitividade.

A realização de excedentes positivos provenientes do IED interno depende da sua abertura às importações e das capacidades técnicas das empresas locais. A concorrência no mercado ainda é a

ferramenta mais eficiente para pressionar os produtores de bens e serviços, como o comprova a experiência da OCDE. No entanto, a ênfase na reforma reguladora das parcerias de mercado não impede a exploração de formas mais ativas de intervenção política, incluindo-se parcerias inovadoras privado-público, para melhorar a capacidade dos países da CDAA em atrair IED de alta qualidade. Todavia, é difícil dar conselhos políticos inequívocos, porque algumas políticas que maximizam os excedentes potenciais de determinado conjunto tecnológico apropriado (tal como os requisitos de transferência tecnológica ou políticas concorrenciais ativas) podem realmente tornar menos atrativo o país anfitrião aos investidores estrangeiros.

Finalmente, o aumento progressivo do papel dos investidores estrangeiros tem uma dimensão política. As crescentes preocupações do público sobre a “colonização financeira”, em particular nas empresas da África do Sul, levantou controvérsias em países como Tanzânia e Zâmbia. A oposição política ao IED não é exclusiva à África e ainda menos a CDAA. Ela geralmente se origina na manipulação da opinião pública por grupos que exploram as tendências criadas pelas políticas econômicas autárquicas; a competição emergente de produtores estrangeiros mais eficientes os ameaça claramente. Chama um vasto elenco de medidas, desde a melhor informação do público sobre a realidade da globalização a maiores ações visando a transferir seus benefícios para o público em geral e introduzir mecanismos compensatórios para os que destes não se beneficiam. Entram em jogo diversas considerações quando as empresas estrangeiras são acusadas de não prestar bastante atenção às questões de governança – quando elas não estiverem na origem da corrupção e da negligência. Dentre as várias abordagens sugeridas, uma delas transformaria tais pagamentos numa exigência para os relatórios legais. Uma alternativa proposta por Global Witness e George Soros exigiria que esses relatórios fossem consultados pelas grandes bolsas de valores. Como terceira opção, as empresas se reportariam confidencialmente às instituições financeiras internacionais, que coletariam então as informações e publicariam as características das receitas agregadas. Isto teria a vantagem de preservar a confidencialidade das informações específicas das empresas, enquanto forneceria um sistema de certificação geral para a informação.

Em resumo, não há “tecnologia institucional” que seja inerentemente superior, como soluções de curto prazo para os países que desejam melhorar sua participação pró-ativa nos mercados mundiais, com base no capital local e no capital estrangeiro. Isto reforça a necessidade de avaliações nacionais exatas das diversas opções, isentas de pressupostos ideológicos. Isso também evidencia a divergência dos interesses nacionais entre os países industriais e os países em desenvolvimento no tocante à questão da estrutura de investimentos multilaterais.

© OECD 2005

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE publicada originalmente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 13 91

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

